



Perspectivas Inclusivas para o Ensino Superior: Apoio Educacional e Políticas Públicas

Organização

Prof. Dr. Helencar Ignácio
Diretor Geral

Prof. Dr. Aldenis Alboneze Borin
Vice-Diretor Geral

Prof. Dr. Paulo César Espada
Diretor Adjunto de Ensino

Profa. Dra. Maria Cristina de Oliveira Santos
Miyazaki
Diretora Adjunta de Alunos



Organização

Profa. Dra. Andréa Carla Machado

Palestrante Convidada

Profa. Ma. Andréia Aparecida Ferraz

Palestrante Convidada

Rafaella Valêncio Grilo

Coordenadora



Comissão - CIAE

Presidente da CIAE

Prof. Dr. Paulo César Espada

Vice Presidente da CIAE

Profa. Dra. Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki

Membros Titulares – Coordenadores de Curso

Prof. Dr. Gerardo Maria de Araujo Filho

Profa. Dra. Maria Helena Pinto

Profa. Dra. Neide Aparecida Micelli Domingos

Representantes Docentes

Fábio de Nazaré Oliveira

Claudia Eli Gazeta

Carla Rodrigues Zanin

Ester Franco de Souza

Secretária da Comissão

Rafaella Valêncio Grilo



Apresentação

Caro docente,

A cartilha **“Perspectivas Inclusivas para o Ensino Superior: Apoio Educacional e Políticas Públicas”** nasce da profunda necessidade de fortalecermos práticas de ensino inclusivas.

Nosso objetivo é promover uma educação de excelência que atenda, de fato, às reais necessidades educacionais de nossos estudantes.

O conteúdo que você encontrará nas próximas páginas é fruto de um evento institucional realizado pela Diretoria Adjunta de Ensino e pela Comissão de Inclusão e Apoio Educacional (CIAE) da FAMERP, em uma valiosa parceria com as professoras Dra. Andréa Carla Machado, Ma. Andréia Aparecida Ferraz e Dra. Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki.

Esperamos que este material enriqueça suas reflexões sobre o tema e sirva como um guia prático e proveitoso para a inclusão de todos os alunos em sala de aula.

Tenha uma excelente leitura!

Sumário

Introdução.....	5
Principais Marcos Históricos.....	6
Conceito de Neurodiversidade.....	9
Como Identificar um Estudante Neurodivergente.....	10
Manejo e Gestão de Sala de Aula.....	11
Como Adaptar Provas, Trabalhos e Atividades.....	14
Rubrica de Avaliação.....	17
Papel do Professor e do Aluno.....	19
Cultura Institucional Inclusiva.....	20
Comissão de Inclusão e Apoio Educacional....	22
Fluxo Operacional da CIAE.....	24
Modelo de Ofício.....	25
Conclusões.....	26
Referências.....	28

Introdução

Com base na Declaração de Salamanca (1994), o termo “Necessidades Educacionais Especiais”, refere-se a todas crianças, jovens ou adultos, cujas demandas escolares decorram de deficiências ou dificuldades de aprendizagem ao longo de sua trajetória acadêmica. A educação inclusiva como modalidade integrante do sistema educacional brasileiro tem como finalidade assegurar as condições necessárias para uma educação de qualidade, igualitária e que atenda as reais necessidades educacionais desses estudantes (RIBEIRO, 2024)

Entendendo que a teoria ganha vida na prática cotidiana da sala de aula, esta cartilha foi idealizada para ser um norte seguro aos nossos educadores. Mais do que um manual prático, este material busca apoiar e orientar o corpo docente nessa longa, complexa e transformadora caminhada em direção a uma educação inclusiva e de excelência.

Principais Marcos Históricos

- **1980 - Princípios promulgados pela ONU (Organização das Nações Unidas):** contribuíram para o respaldo ao conhecimento do direito e acesso da população PAEE (Público-Alvo da Educação Especial) a todos os níveis de ensino. (CABRAL, 2017)
- **1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDB) nº 9394:** Define e regulariza a organização da Educação Brasileira com base nos princípios presentes na Constituição (artigo 59), estabelece que os sistemas de ensino (público e privado) devem assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996)

- **2006 - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Proclamada em Nova York, reconfigurou a inclusão como DIREITO e não como favor. Países signatários assumiram compromissos normativos.
- **2015 - Lei nº 13.234/2015 - Principal Lei para o Ensino Superior:** Alterou a LDB para incluir expressamente a educação superior no atendimento a estudantes com AH/SD - prevendo: identificação, cadastramento e atendimento especializado também nas universidades.
- **2021 - Lei 14.254/2021 - TDAH, Dislexia e o Ensino Superior:** Institui o programa de acompanhamento integral para os estudantes com Dislexia, TDAH e outros transtornos de aprendizagem, prevendo identificação precoce, encaminhamento, apoio educacional e suporte terapêutico.

- **2026 - Portaria MEC nº 421/2026 - PNEEI - Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva:** Acesso a matrícula garantida sem discriminação em todos os níveis, apoio para que os estudantes continuem nas escolas, inserção ativa nas atividades pedagógicas e sociais, aprendizagem de qualidade.

Após compreendermos os principais Marcos Históricos e Legislações que fundamentam a educação inclusiva, é hora de darmos um passo adiante. Nas próximas páginas, traduziremos alguns conceitos, além das diretrizes legais em práticas pedagógicas possíveis para o cotidiano universitário.

O Conceito de Neurodiversidade

É a ideia de que variações neurológicas são uma parte natural e valiosa da diversidade humana. Não se trata de “falha” ou “defeito”, mas de um funcionamento diferente do cérebro, de maneiras diferentes, e legítimas de perceber, organizar, processar e responder ao mundo.

A neurodiversidade nos convida a compreender que aprender não é um ato padronizado, mas sim um processo profundamente influenciado pelo ambiente, oportunidades de mediação, acessibilidade curricular e pelas relações que se estabelecem na sala de aula.

O termo neurodivergente descreve pessoas cujo funcionamento neurológico difere do considerado “neurotípico”. Dentro desse espectro, temos diferentes perfis: TEA, TDAH, TAG, TOD, TEAPs (dislexia, discalculia) TDC (dispraxia, disgrafia), altas habilidades, entre outros...

Como Identificar um Estudante Neurodivergente?

Em um primeiro momento gostaríamos de esclarecer que: **Identificar não é Diagnosticar.**

Alguns sinais indicativos potenciais para identificação:

- **Dificuldades com Organização:** Constantemente perdem prazos, esquecem materiais, têm dificuldade em planejar etapas de um trabalho complexo.
- **Déficit de Atenção ou Hiperfoco:** Parecem “desligados”, mas podem mergulhar em um tema de interesse por horas a fio com excelência.
- **Dificuldades Sociais:** Podem ter problemas para trabalhar em grupo, interpretar linguagem não verbal, ou podem ser excessivamente literais ou diretos.

- **Sensibilidades Sensoriais:** O barulho da sala, a luz fluorescente, contato físico, e até mesmo o tecido da roupa que usa podem ser fontes de grande desconforto e distração.
- **Discrepância entre Habilidade e Desempenho:** Um aluno que demonstra grande conhecimento nas discussões, mas tem notas baixíssimas nas provas.

Manejo e Gestão de Sala de Aula

Manejar uma sala de aula neuroinclusiva beneficia **todos os alunos**, não apenas os neurodivergentes.

Algumas práticas que beneficiam o manejo:

1. **Estrutura e Previsibilidade:**

- Disponibilizar o plano de ensino de forma clara e antecipada.

- Estabelecer rotinas e avisar sobre mudanças.

2. Clareza na Comunicação:

- Ser direto e explícito. Evitar ironias e sarcasmo em instruções importantes.
- Disponibilizar instruções por escrito e oralmente.
- Para trabalhos em grupo, definir papéis claros e dar opções (em dupla, individual, etc.).

3. Abordagens Multissensoriais:

- Auditiva, visual, prática, etc.

4. Flexibilização de Atividades:

- Permitir o uso de tecnologias de apoio. Como por exemplo, alunos com dislexia ou TDAH gravar as aulas (com a devida autorização).
- Oferecer pausas sensoriais para quem precisa se movimentar.
- Ter ou direcionar a um local silencioso para provas, se necessário.

5. Acesso ao Currículo:

- Planejar percursos diversificados, com diferentes níveis de complexidade e modos de acesso ao conteúdo.

6. Foco nos objetivos de aprendizagem:

- Pergunta-se: “Qual a competência que esta atividade avalia?” (Se o objetivo é avaliar o conhecimento sobre um conceito, será que a uma prova escrita com tempo limitado, é a única maneira?).

7. Participar de capacitação continuada:

- Esta ação é importante para que compreendam que os ajustes pedagógicos não são privilégios, e sim instrumentos de equidade.

8. Considerar as potencialidades:

Estamos falando de condições como, por exemplo:

- **TEA (Transtorno do Espectro Autista):** Com pontos fortes em padrões, lógica, atenção aos detalhes, pensamentos profundos e hiperfoco;

- **TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade):** Com frequente criatividade, energia, capacidade de hiperfoco, pensamento rápido e resolução de problemas sob pressão (para o tipo desatento: empatia e percepção social)
- **Dislexia:** pode vir acompanhada de forte pensamento visual, espacial e narrativo.

Como Adaptar Provas, Trabalhos e Atividades

Avaliar com equidade significa garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de demonstrar o que sabem, ainda que de maneiras diferentes. Algumas possibilidades:

1. **Trabalhos e Atividades:** permitir diferentes formatos: digitados, escrito, vídeo, podcast, apresentação oral, mapa mental, trabalhos individuais ao invés de públicas, entre outros...

IMPORTANTE:

- Para trabalhos longos, forneça um cronograma com etapas;
- Sempre que possível, permita que os temas sejam escolhidos (isso engaja os alunos em interesses específicos e amplia conhecimentos);
- Oferecer instruções passo a passo e exemplos visuais.

2. Provas e Avaliações:

- Tempo adicional, linguagem simples, instruções mais diretas, questões mais objetivas, fracionamento de conteúdo, ambiente com menos estímulos, formato diferenciado, ledor (se necessário).

IMPORTANTE:

- Use rubricas de avaliação detalhadas (O aluno precisa saber exatamente como será avaliado, desde a estrutura até a originalidade).
- Valorize a participação, os rascunhos e a evolução. Afinal nem todo mundo se sai

bem em uma única prova final.

Rubrica de Avaliação

A rubrica de avaliação é uma ferramenta que define critérios e níveis de desempenho para uma atividade, ajudando a avaliar o aprendizado dos alunos de forma mais clara e objetiva. Ela pode ser utilizada para autoavaliação, avaliação por pares e pelo professor, fornecendo feedback específico para o desenvolvimento de competências.

Os elementos essenciais de uma rubrica são:

- Objetivos de aprendizagem;
- Critérios de avaliação;
- Descritores para cada nível de desempenho;
- Escala de pontuação.

Exemplo de Rubrica de Avaliação

Critério	Níveis de Desempenho				Conceito
	Muito Bom (1,25 pontos)	Bom (1,0 ponto)	Satisfatório (0,75 ponto)	Insatisfatório (0,5 ponto)	
Qualidade do material bibliográfico consultado e citação das referências bibliográficas	Uso de material bibliográfico de alta qualidade e citação das referências adequadas	Uso de material bibliográfico de qualidade OU citação bibliográfica adequada	Uso de material bibliográfico de baixa qualidade e citação das referências inadequadas.	Não apresentou os materiais bibliográficos consultados.	
Domínio do conteúdo	Expressou com muita segurança a compreensão dos conteúdos	Expressou com segurança a maior parte dos conteúdo	Expressou pouca segurança os conteúdos.	Expressou com insegurança a compreensão dos conteúdos	
Criatividade e uso de recursos	O trabalho apresentado foi muito criativo atraindo a atenção de todos. Usaram recursos de apresentação muito inovadores.	O trabalho apresentado foi criativo, usaram recursos de apresentação atrativos.	O trabalho apresentado foi pouco criativo. Usaram poucos recursos de apresentação inovadores.	O trabalho apresentado não foi inovador e criativo.	
Distribuição das partes	Todos os membros do grupo participaram igualmente da apresentação.	Alguns componentes do grupo participaram muito enquanto alguns quase não participaram.	Muitos componentes do grupo participaram muito enquanto muitos quase não participaram.	Houve membros que não participaram da apresentação	
Clareza/ Entendimento	O seminário apresentado ficou muito claro.	O seminário apresentado ficou claro.	O seminário apresentado ficou pouco claro.	O seminário foi confuso.	
Organização	O conteúdo do seminário assim como a sequência de apresentação ficou muito organizada	O conteúdo do seminário assim como a sequência de apresentação ficou organizada	O conteúdo e a sequência do seminário ficaram pouco organizados.	O seminário ficou muito desorganizado	
Discussão	O grupo realizou e propôs uma excelente discussão sobre o tema	O grupo realizou e propôs uma leve discussão sobre o tema	O grupo teve dificuldades em provocar uma discussão sobre o tema	Não estimularam o debate e a discussão do tema	
Uso do tempo	Apresentou o seminário dentro do tempo estabelecido	Apresentou o seminário fora do tempo estabelecido (± 5 min)	Apresentou o seminário fora do tempo estabelecido (± 10 min)	Apresentou o seminário fora do tempo estabelecido (± 15 min)	

Vantagens da Rubrica de Avaliação

- **Redução da subjetividade:** Torna o processo de avaliação mais transparente e menos dependente da percepção individual do professor.
- **Feedback formativo:** Oferece feedback detalhado sobre o que precisa ser aprimorado ou o que já foi bem assimilado, auxiliando no desenvolvimento do aluno.
- **Engajamento e autorregulação:** Permite que o aluno se autoavalie e entenda suas próprias necessidades de aprendizado, aumentando o engajamento e a responsabilidade pelo seu progresso.
- **Comunicação de expectativas:** Deixa claro aos estudantes o que é esperado deles em uma determinada tarefa, evitando interpretações ambíguas.
- **Aplicação em diferentes métodos:** pode ser aplicada a diversas atividades, como seminários, trabalhos em grupos, relatórios, projetos, entre outros.

Papel do Professor e do Aluno

Papel do Professor:

Criar condições para que todos participem e aprendam com aquilo que são, e não apesar do que são.

Papel do Aluno:

- **Autoconhecimento:** Reconhecer suas dificuldades e potencial;
- **Buscar os Núcleos de Acessibilidade:** Apresentar sua condição, laudo (se houver) e solicitar as adaptações.
- **Diálogo com os Docentes:** Avaliar quais são as estratégias de aprendizagem que melhor funcionam.
- **Divisão de tarefas (Micro etapa):** Evite longas sessões de estudo que sobrecarreguem a atenção. Divida o material em blocos menores.

- **Prepare-se para a aula:** Pesquisar ou ler antecipadamente ajuda no processamento do conteúdo (diminui a ansiedade e melhora a autonomia).
- **Criar rotina de estudo:** Ajuda a preparar-se/revisar e não acumular dúvidas.

Cultura Institucional Inclusiva

Pilares da Cultura Inclusiva:

1. **Acolhimento à diversidade:** reconhecer e valorizar as diferenças individuais, não apenas tolerando-as mas vendo-as como um enriquecimento para comunidade escolar.
2. **Adaptação e acessibilidade:** modificar o ambiente físico, as práticas pedagógicas e os materiais didáticos para remover barreiras e atender às necessidades específicas de cada aluno.
3. **Participação de todos:** envolver educadores,

funcionários, alunos e família no processo, de forma que todos compartilhem os valores e atitudes de inclusão e assumam o compromisso com o sucesso de todos os estudantes.

4. **Desenvolvimento do potencial:** mudar o foco da limitação para a capacidade, acreditando que todo aluno tem potencial e pode aprender.
5. **Aprendizagem colaborativa:** Promover um ambiente onde a cooperação e a colaboração entre todos os envolvidos no processo educativo sejam incentivadas.
6. **Respeito às necessidades individuais:** Reconhecer que cada estudante tem um processo de aprendizagem singular e que as respostas educativas devem ser adaptadas a cada indivíduo.

Comissão de Inclusão e Apoio Educacional

No Ensino Superior, a prática de educação inclusiva é recente, e exige das instituições o desenvolvimento de ações e políticas públicas de apoio e acompanhamento, que vão muito além da oferta de vagas. É responsabilidade das instituições reconhecer e atender as necessidades individuais dos estudantes, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, garantindo uma educação de qualidade para todos por meio de currículos adaptados e adequados, de uma boa organização escolar, estratégias pedagógicas, utilização de recursos e cooperação da comunidade interna e externa. (TOMELIN et al., 2018).

Pensando no bem-estar integral e no pleno desenvolvimento de nossos estudantes, foi instituída a **Comissão de Inclusão e Apoio Educacional (CIAE)**. Este órgão atua diretamente no acolhimento de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e serve como um ponto de apoio estratégico para o corpo

docente. Seu propósito central é assessorar os professores na flexibilização e adaptação das práticas pedagógicas, unindo esforços para garantir uma educação genuinamente inclusiva, equitativa e de alta qualidade.

A Comissão atua em três pilares fundamentais:

- Acolhimento: Recepção e acompanhamento humanizado dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais.
- Suporte Docente: Orientação e parceria com os professores no planejamento e na adaptação de práticas pedagógicas e avaliativas.
- Qualidade Educacional: Garantia de um ambiente de aprendizagem igualitário, seguro e acessível a todos.

Fluxo Operacional do Atendimento da CIAE

Entrada da Demanda
Via Protocolo



Acolhimento
Diretoria de Alunos



Avaliação de Barreiras
CIAE



Plano de Apoio
CIAE



Monitoramento
CIAE



Implementação
CIAE + Docentes

Modelo de Ofício: Solicitação do aluno

São José do Rio Preto, ____ de ____ de 202_.

Prezado Senhor:

Venho por meio deste solicitar de V.S^a. atendimento especial em função de neurodivergência (Laudo Anexo). Sou aluna(o) do ____ ano do Curso de _____. Conforme _____ (ex.: laudo médico, avaliação psicológica), apresento _____ (diagnóstico).

Solicito, em função de minha condição: (incluir abaixo todas as necessidades em função da condição apresentada)

- (ex.: Tempo adicional em avaliações);
- (ex.: Textos curtos para a preparação de aulas e atividades);
- (ex.: Flexibilização do prazo para entrega de trabalhos e atividades);
- (ex.: Provas e atividades adaptadas (provas objetivas, com enunciados curtos, claros e objetivos).
- Etc.....

Agradeço pela compreensão,

Nome completo e assinatura

Aluna(o) do ____ano do Curso de _____ da FAMERP

ILMO SR

PROF DR PAULO CESAR ESPADA

DD DIRETOR ADJUNTO DE ENSINO DA FAMERP

Conclusão

Promover uma educação inclusiva e de qualidade é um compromisso coletivo que transforma toda a nossa comunidade escolar. Esta cartilha foi pensada como um ponto de partida, oferecendo diretrizes e conceitos pra apoiar a sua prática diária, mas sabemos que as dúvidas e os novos desafios surgem no cotidiano da sala de aula. Por isso, reforçamos que a Comissão de Inclusão e Apoio Educacional está sempre de portas abertas para caminhar ao seu lado. Seja para discutir um caso específico, planejar uma adaptação curricular ou compartilhar uma prática de sucesso, conte conosco!

Contamos com sua dedicação e olhar sensível para fazermos da nossa instituição um espaço de acolhimento, equidade e excelência para todos os estudantes.

Ótimo trabalho e uma excelente jornada pedagógica!

Contato

É importante lembrar que você não está sozinho nessa caminhada, precisa de apoio? Fale com a Comissão:

Telefone: 3201-5805

E-mail: rafaella.grilo@famerp.br

Referências

_____. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei N° 9394. 20 de dezembro de 1996.

CABRAL, Leonardo S. A.. *Inclusão do Público-Alvo da Educação Especial no Ensino Superior Brasileiro: Histórico, Políticas e Práticas*. Revista de Educação PUC-Campinas, vol. 22, n° 3, 2017. Set - Dez. p. 371 - 387.

FERRAZ, Andréia A.. *Perspectivas Inclusivas para a Neurodivergência no Ensino Superior*. Material de palestra (slide). Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, FAMERP. São José do Rio Preto, 2026.

MACHADO, Andréa C.. *Perspectivas Inclusivas para o Ensino Superior: Apoio Educacional e Políticas Públicas*. Material de palestra (slide). Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, FAMERP. São José do Rio Preto, 2026.

RIBEIRO, Mirtes C.. *Núcleos de Acessibilidade e Inclusão nas Instituições de Ensino Superior - Estudo de Conhecimento*. Revista Caderno Pedagógico - Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v. 21, b. 10, p. 01 - 26, 2024. ISSN: 1983-0882.

TOMELIN, Karina N.; DIAS, Ana Paula L.; SANCHEZ, Cintia N. M.; PERES, Juliana; CARVALHO, Silvia. *Educação Inclusiva no Ensino Superior: Desafios e Experiências de um Núcleo de Apoio Discente e Docente*. Revista de Psicopedagogia. 2018 p. 94 - 103.